



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA
CAPTAÇÃO DE RECURSOS ONEROSOS E
NÃO ONEROSOS DE INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NACIONAIS E
INTERNACIONAIS**

1º SEMESTRE 2016

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira - COTEF

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA CAPTAÇÃO DE
RECURSOS ONEROSOS E NÃO ONEROSOS DE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS E
INTERNACIONAIS**

1º Semestre/2016

Fortaleza, dezembro de 2016

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão/SEPLAG
Coordenadoria de Cooperação Técnico-
Financeira/COTEF

Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Secretário

Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretário Adjunto

Frederico Augusto Gomes de Alencar
Secretário Executivo

Ticiano da Mota Gentil Parente
Coordenadora

Elaboração:
Regis de Albuquerque Silva

Revisão:
Ticiano da Mota Gentil Parente

Capa:
Julian Marlos

Diagramação:
Caroline Siqueira Gerra

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima - Ed. SEPLAN - 2º andar
Cambéa - CEP: 60.830-120 – Fortaleza-CE
www.seplag.ce.gov.br
Fone: (85) 3101.4490/3848
Fax: (85) 3101.4514
E-mail: cotef.seplag@seplag.ce.gov.br

ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
SIGLAS	6
APRESENTAÇÃO	7
1. A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO ESTADO DO CEARÁ	8
1.1 O PROCESSO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	10
1.2 ARRANJO INSTITUCIONAL.....	11
2. A CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	13
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO ONEROSO	15
2.1.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO ONEROSO – EM EXECUÇÃO.....	15
2.1.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO ONEROSO – A CONTRATAR	17
2.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO ONEROSO.....	19
ANEXO	20
ANEXO 1. GESTORES DO ESTADO RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS FINANCIADOS.....	21

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Equilíbrio da Ação Pública

Figura 2 – Ciclo da Captação de Recursos por Operação de Crédito

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Arranjo Institucional do Processo de Captação de Recursos por Operação de Crédito

Tabela 2 – Carteira de Operações de Crédito Oneroso - por Situação/Subsituação

Tabela 3 – Volume de Recursos Contratados por Origem de Recursos por Ano - Valores Convertidos

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Operações Em Execução – Saldo dos Valores Contratados Convertidos por Instituição Financeira

Gráfico 2 - Operações Em Execução – Saldo dos Valores Contratados Convertidos por Órgão Responsável

Gráfico 3 - Operações A contratar - Convertidos por Instituição Financeira

Gráfico 4 - Operações A contratar - Convertidos por Órgão Responsável

SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA – Caixa Econômica Federal
COFIEIX – Comissão de Financiamentos Externos
COGERF - Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal
CONDEMAS - Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente
COTEF – Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira
CREDIT SUISSE – Credit Suisse Ag, Nassau Branch
DER – Departamento de Edificações e Rodovias
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IF - Instituição Financeira
KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau;
LOA – Lei Orçamentária Anual
MLW Intermed Handels - und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits- und Bildungswesens mbH (MLW Intermed GmbH);
PAF - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PMAE - Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais
PPA – Plano Plurianual
PROARES – Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará.
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
SACC – Sistema de acompanhamento de contratos e convênios
SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SEJUS – Secretaria da Justiça
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SESPORTE – Secretaria do Esporte
SIAP – Sistema de Acompanhamento de Programas
SISAR – Sistema Integrado de Saneamento Rural
STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
UGP - Unidade de Gerenciamento do Programa
WebMapp – Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório é uma publicação elaborada pela Coordenadoria de Cooperação Técnico-financeira - COTEF da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG e apresenta as principais informações acerca da captação de recursos onerosos e não onerosos realizada pelo Estado do Ceará junto a instituições financeiras.

Ele detalha a composição atual da carteira de financiamentos do Estado do Ceará, indicando os contratos em execução, os desembolsos realizados e programação de novas contratações.

Ao término do primeiro semestre de 2016, conforme a renegociação com a União e posterior redistribuição de valores, no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF, das dez novas operações de crédito previstas para contratação, três foram contratadas - junto ao BID, Programa Viário de Integração e Logística – Ceará IV-B e Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES III - 1ª Fase; e, junto à MLW Intermed, Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará - PROMOTEC II. Dentre as sete remanescentes, duas operações serão financiadas por instituições financeiras por bancos nacionais, totalizando R\$100,9 milhões e as demais por organismos internacionais, somando R\$ 2,5 bilhões, totalizando R\$2,6 bilhões.

Do total de projetos a contratar, um tramita na STN/MF para fins de autorização à luz dos limites e condições da legislação vigente, em especial da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 - Programa de expansão e melhoria da assistência especializada à Saúde no Estado do Ceará - PROEXMAES II. A situação da análise dos pleitos encaminhados para à STN podem ser acompanhadas pelo site https://sadipem.tesouro.gov.br/sadipem/public/pages/consulta/consulta_publica_list.jsf

Este Relatório não apresenta dados de cooperação técnico-financeira não reembolsável.

O presente relatório se encontra disponível para consulta no site da Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará – SEPLAG

(http://www.seplag.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1806&Itemid=1511).

Ticiano da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira
Coordenadora

1. A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO ESTADO DO CEARÁ

A ação pública é norteada por Identificação, Priorização e Planejamento dos gastos que estarão consubstanciados nos instrumentos legais - Plano Plurianual/PPA, Lei Orçamentária – e gerenciais.

Os gastos públicos visam atender às necessidades da sociedade, os quais correspondem à realização de investimentos para ampliação da infraestrutura de serviços, bem como à manutenção dos equipamentos públicos disponibilizados. Dada a multiplicidade de equipamentos públicos – unidades de saúde, unidades escolares, entidades de ensino superior, unidades prisionais, culturais, etc – bem como outros fatores socioeconômicos, o custo dessa ação pública passa por constantes e progressivos incrementos, gerando uma pressão pela expansão das receitas.

A manutenção do equilíbrio Gasto Público x Origem de Recursos - conforme a **Figura 1** - pressupõe a adoção de estratégias adequadas ao momento econômico vigente, sendo necessário, dentre outras possibilidades a racionalização ou redução de custeio e investimentos ou o incremento de recursos por meio da elevação da arrecadação de receitas próprias, recebimento de recursos de outros Entes para realização de ações de interesse mútuo ou a captação de recursos por meio de operações de crédito.

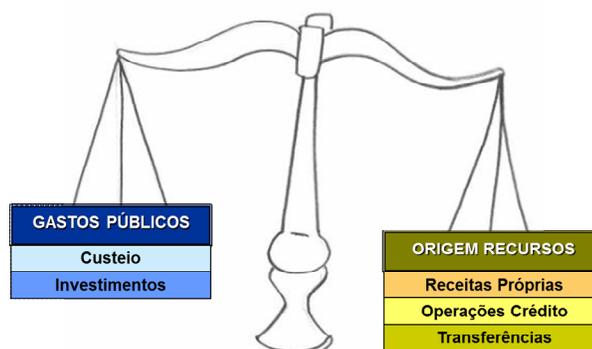


Figura 1 – Equilíbrio da Ação Pública

A melhoria dos serviços ofertados à sociedade eleva o volume de recursos aplicados em Custeio, gerando uma tendência de redução de Investimentos, que possuem uma força indutora que precisa ser estimulada. E para manter o nível de investimentos que atenda às necessidades identificadas, o Ente público pode lançar mão, sob o ponto de vista da receita, da Captação de Recursos por meio da contratação de Operações de Crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais.

O Ciclo de Captação de Recursos por meio de Operação de Crédito é composto por, conforme **Figura 2**, três processos básicos:

- Processo I – PLANEJAMENTO DA AÇÃO PÚBLICA: Identificação, Priorização e Planejamento dos gastos nos instrumentos legais;

- Processo II – CAPTAÇÃO DE RECURSOS: elaboração, complementação e ajuste de proposta técnica de intervenção ou aquisição de equipamentos, adoção das medidas para obtenção das autorizações em todas instâncias e formalização dos instrumentos contratuais;
- Processo III – EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA DÍVIDA: adoção das medidas necessárias à correta, pronta e eficaz aplicação dos recursos, bem como o cumprimento das responsabilidades financeiras junto às instituições financeiras (amortização do principal e juros da Dívida Pública).

Processo I: PLANEJAMENTO DA AÇÃO PÚBLICA	Processo II: CAPTAÇÃO DE RECURSOS	Processo III: EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA DÍVIDA
	I - Formalização do Projeto	
	II – Análise do Projeto	
	III – Formalização do Pleito	
	IV – Verificação dos Limites e Condições do Pleito	
V – Formalização do Contrato		

Figura 2 – Ciclo da Captação de Recursos por Operação de Crédito

O presente Relatório abordará alguns aspectos dos Processos II e III, no tocante à participação da COTEF/SEPLAG.

1.1 O Processo de Captação de Recursos

A contratação de Operações de Crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios e suas estatais dependentes subordina-se às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000) e às Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal, ambas de 2001. A garantia da União pode ser concedida mediante o atendimento de limites e condições previstos tanto na LRF quando na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007.

Esse processo observa uma série de procedimentos para preparação e obtenção de autorizações para a contratação e aditivação de operações de crédito de médio ou longo prazo (acima de doze meses), que compõem a dívida fundada ou dívida consolidada.

O Estado do Ceará mapeou o processo e consolidou procedimentos internos e as orientações do Ministério da Fazenda, a quem cumpre a verificação dos limites e condições para as operações de crédito, bem como a instrução dos processos sujeitos à autorização do Senado Federal, os quais estão consubstanciados no Manual para Instrução de Pleitos (MIP – Ceará – Manual nº 36), disponível no website da SEPLAG (http://www.seplag.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1825&Itemid=1168), que sofre constante revisão pela COTEF/SEPLAG.

O Processo está dividido em Etapas e Atividades, que variam conforme a origem do crédito – nacional ou internacional – e a existência ou não de garantia da União. De modo geral, guardadas as diferenças entre operações de crédito interno e externo, compreendem:

I - Formalização do Projeto: elaboração, finalização e protocolização da proposta técnica junto à instituição financeira ou à SEAIN, em caso de operações internas e externas, respectivamente e obtenção de autorização legislativa e do COGERF;

II – Análise do Projeto: preparação e análise da proposta técnica e aprovação do financiamento pela instituição financeira;

III – Formalização do Pleito: cadastramento de dados da operação e protocolização do pleito por meio de sistema;

IV – Verificação dos Limites e Condições do Pleito: análise da capacidade de endividamento pelo Ente, de concessão de garantia pela União (se for o caso) e negociação contratual, quando operação de crédito externo;

V – Formalização do Contrato: obtenção de autorizações para endividamento e concessão de garantia pela União (se for o caso), assinatura dos contratos de empréstimo, garantia e contragarantia.

1.2 Arranjo Institucional

A responsabilidade pelo Processo de Captação de Recursos por Operações de Crédito é compartilhada entre diversas instâncias e agentes da estrutura administrativa do Ente estadual, compondo um complexo Arranjo Institucional, cujas competências institucionais são sintetizadas na **Tabela 1** a seguir:

Tabela 1 – Arranjo Institucional do Processo de Captação de Recursos por Operação de Crédito

PARTES ENVOLVIDAS		COMPETÊNCIAS		
ÓRGÃO	AGENTE(S)	ESTRATÉGICAS (Orientações Gerais)	TÁTICAS (Ações para Contratação)	OPERACIONAIS (Execução do Objeto)
GABGOV	Governador	<ul style="list-style-type: none"> Priorizar Projetos Estratégicos Ratificar a indicação da instituição financeira 	<ul style="list-style-type: none"> Assinar documentação Protocolizar Pleito Assinar Contratos 	<ul style="list-style-type: none"> Assinar documentação Protocolizar Pleitos Assinar Aditivos Solicitar desembolsos (quando não delegado ao Secretário do Órgão Responsável)
Responsável Execução	Secretário	<ul style="list-style-type: none"> Indicar Projeto para priorização do Governador Indicar instituição financeira conforme Linha de Financiamento disponível Orientar elaboração de proposta de intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> Assinar documentação (proposta técnica e parecer técnico) 	<ul style="list-style-type: none"> Assinar documentação Solicitar desembolsos (quando for o caso) Ordenar despesas Monitorar a execução do Objeto
	Área Técnica/UGP		<ul style="list-style-type: none"> Elaborar proposta técnica para análise da instituição financeira (proposta técnica e parecer técnico) Subsidiar as análises técnicas da instituição financeira 	<ul style="list-style-type: none"> Adotar as medidas necessárias à execução do objeto (regularidades licitatória, ambiental e fundiária, conforme o caso) Acompanhar a execução do Objeto
COGERF	Colegiado	<ul style="list-style-type: none"> Deliberar sobre as condições para negociação das condições contratuais 		
PGE	Procurador Geral	<ul style="list-style-type: none"> Deliberar sobre as condições contratuais no COGERF 	<ul style="list-style-type: none"> Apreciar as condições contratuais negociadas Emitir parecer jurídico sobre o atendimento das condições legais para a contratação 	<ul style="list-style-type: none"> Apreciar as condições de eventuais alterações contratuais Emitir parecer jurídico sobre eventuais alterações contratuais
SEPLAG	Secretário	<ul style="list-style-type: none"> Deliberar sobre as condições contratuais no COGERF 	<ul style="list-style-type: none"> Orientar processo conforme priorização do Governador e alinhamento com COGERF Manter articulação com órgãos integrantes do processo 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorar os resultados
	COTEF		<ul style="list-style-type: none"> Assessorar os órgãos na elaboração de documentação Providenciar documentação para protocolização do Pleito Manter articulação com órgãos integrantes do processo 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorar a execução do Objeto

PARTES ENVOLVIDAS		COMPETÊNCIAS		
ÓRGÃO	AGENTE(S)	ESTRATÉGICAS (Orientações Gerais)	TÁTICAS (Ações para Contratação)	OPERACIONAIS (Execução do Objeto)
SEFAZ	Secretário	<ul style="list-style-type: none"> • Deliberar sobre as condições contratuais no COGERF 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar processo conforme priorização do Governador e alinhamento com COGERF • Manter articulação com órgãos integrantes do processo 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar a gestão financeira do Projeto
	COTES		<ul style="list-style-type: none"> • Providenciar documentação para protocolização do Pleito • Analisar as • Manter articulação com órgãos integrantes do processo 	<ul style="list-style-type: none"> • Adotar as medidas necessárias aos desembolsos • Acompanhar os desembolsos • Acompanhar a gestão financeira do Projeto

2. A CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os investimentos realizados pelo Estado do Ceará tem recebido relevante reforço financeiro das operações de crédito celebradas com as diversas instituições financeiras nacionais e internacionais.

A Carteira de Operações de Crédito do Estado do Ceará é composta por Contratadas (fase de desembolso) e A Contratar pela administração direta, conforme **Tabela 2**.

Todos os mútuos da administração direta constam do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/PAF celebrado com a União, cuja última revisão foi formalizada em dezembro/2015 e atualizada, posteriormente, por meio de Ofício à STN.

As operações apresentadas neste relatório estão organizadas com base nos seguintes critérios: quanto à sua natureza do ônus financeiro (Onerosa e Não Onerosa) e quanto à sua situação (Contratada e A Contratar) e refletem a sua posição em 30/06/2016. Todas as operações aqui retratadas são de Natureza Onerosa.

Tabela 2 – Carteira de Operações de Crédito Oneroso - por Situação/Subsituação

Legenda:

- CONTRATADA – NORMAL
- CONTRATADA – PRORROGADA
- A CONTRATAR – AGUARDANDO AUTORIZAÇÕES
- A CONTRATAR – EM PREPARAÇÃO

OPERAÇÃO	IF	ÓRGÃO RESP.	MOEDA	Valor do Crédito	Desembolsado (Até 30/06/2016)	Desembolsado Convertido (Até 30/06/2016)	A Desembolsar - Moeda Original	A Desembolsar - Convertido - PAF	2016 - Previsão	2016 - Desembolsado	2016 - % Des.	2016 - Saldo a Desembolsar
PforR - Cat. I	BIRD	IPECE	DÓLAR	USD315.000.000,00	USD177.539.372,00	R\$520.810.052,70	USD137.460.628,00	R\$536.756.260,21	USD93.413.588,72	USD45.234.260,00	48%	USD48.179.328,72
PforR - Cat. II	BIRD	IPECE	DÓLAR	USD35.000.000,00	USD7.087.500,00	R\$16.140.005,00	USD27.912.500,00	R\$108.992.730,00	USD6.772.500,00	USD0,00	0%	USD6.772.500,00
CPAC - PMCMV	BB	SCIDADES	REAL	R\$68.253.400,00	R\$67.977.837,92	R\$67.977.837,92	R\$275.562,08	R\$275.562,08	R\$275.562,08	R\$-	0%	R\$275.562,08
Des. Urbano Pólos Regionais	BID	SCIDADES	DÓLAR	USD66.500.000,00	USD14.600.000,00	R\$45.545.380,00	USD5.190.000,00	R\$202.659.120,00	USD10.697.623,44	USD1.600.000,00	15%	USD9.097.623,44
CPAC - Maranguapinho	CAIXA	SCIDADES	REAL	R\$72.630.734,47	R\$54.738.074,65	R\$54.738.074,65	R\$17.892.659,82	R\$17.892.659,82	R\$ 24.023.791,28	R\$6.131.131,46	26%	R\$17.892.659,82
CPAC - PMCMV	CAIXA	SCIDADES	REAL	R\$120.498.332,97	R\$93.278.869,55	R\$93.278.869,55	R\$27.219.463,42	R\$27.219.463,42	R\$27.219.463,42	R\$-	0%	R\$27.219.463,42
Projeto Paulo Freire - EURO	FIDA	SDA	EURO	EUR5.948.482,00	EUR988.794,17	R\$3.632.699,07	EUR4.959.687,83	R\$21.080.657,15	EUR 1.219.781,04	EUR388.794,17	32%	EUR830.986,87
Projeto Paulo Freire - SDR	FIDA	SDA	SDR	20.624.403,00	2.654.063,28	R\$10.735.200,00	17.970.339,72	R\$97.235.711,19	2.709.239,26	1.120.274,86	41%	1.588.964,40
Prog. Viário Int. e Log. - Ceará IV-A	BID	SEINFRA	DÓLAR	USD 400.000.000,00	USD 266.694.968,20	R\$853.140.251,09	USD 133.305.031,80	R\$520.529.488,17	USD75.107.292,36	USD78.635.116,77	105%	-USD 3.527.824,41
Ampliação Porto Pecém - 2º Et.	BNDES	SEINFRA	REAL	R\$630.489.336,75	R\$556.248.582,80	R\$556.248.582,80	R\$74.240.753,95	R\$74.240.753,95	R\$82.768.527,77	R\$44.000.000,00	53%	R\$38.768.527,77
Transp. de Correias do TSID - 2º Etapa	BNDES	SEINFRA	REAL	R\$189.993.774,15	R\$188.633.249,35	R\$188.633.249,35	R\$1.360.524,80	R\$1.360.524,80	R\$9.980.387,65	R\$8.619.862,85	86%	R\$1.360.524,80
Prog. Valor. Turística do Litoral Oeste	CAF	SETUR	DÓLAR	USD 112.000.000,00	USD66.397.220,47	R\$187.997.631,54	USD45.602.779,53	R\$178.069.733,51	USD6.000.000,00	USD0,00	0%	USD6.000.000,00
Cidades do Ceará - Cariri Central	BIRD	SCIDADES	DÓLAR	USD46.500.000,00	USD38.440.606,34	R\$102.499.911,81	USD7.559.393,66	R\$29.517.920,36	USD12.177.779,16	USD4.618.385,50	38%	USD7.559.393,66
Estações Metro Fortaleza	CAIXA	SCIDADES	REAL	R\$33.200.000,00	R\$12.686.066,06	R\$12.686.066,06	R\$20.513.933,94	R\$20.513.933,94	R\$55.000.000,00	R\$659.720,36	12%	R\$4.840.279,64
Pró-Mor. - Proj. Urb. Favela do Dendê	CAIXA	SCIDADES	REAL	R\$73.344.796,64	R\$15.346.690,55	R\$15.346.690,55	R\$57.998.106,09	R\$57.998.106,09	R\$21.998.460,81	R\$5.998.815,53	27%	R\$15.999.645,28
Pró-Mo. - Proj. Lagoa Coração - Joana Darc	CAIXA	SCIDADES	REAL	R\$3.415.918,45	R\$1.042.169,81	R\$1.042.169,81	R\$2.373.748,64	R\$2.373.748,64	R\$949.499,46	R\$0,00	0%	R\$949.499,46
Pró-Mo. - Proj. Urbaniz. Áreas de Risco	CAIXA	SCIDADES	REAL	R\$ 18.578.330,00	R\$9.880.717,34	R\$9.880.717,34	R\$ 8.697.612,66	R\$8.697.612,66	R\$2.283.294,51	R\$0,00	0%	R\$2.283.294,51
Pró-San. - Proj. Drenagem Rio Cocó	CAIXA	SCIDADES	REAL	R\$ 210.900.000,00	R\$78.872.526,85	R\$78.872.526,85	R\$132.027.473,15	R\$132.027.473,15	R\$63.733.953,36	R\$35.693.456,75	56%	R\$28.040.496,61
Saneam. Básico Ceará II	KFW	SCIDADES	EURO	EUR 8.691.961,98	EUR 6.730.929,45	R\$ 20.163.390,14	EUR 1.961.032,53	R\$8.335.172,67	EUR 2.832.437,17	EUR1.299.900,80	46%	EUR1.532.536,37
Proj. São José III - 1ª fase	BIRD	SDA	DÓLAR	USD 100.000.000,00	USD 57.423.194,28	R\$ 192.822.613,56	USD 42.576.805,72	R\$166.253.910,98	USD32.708.725,15	USD4.449.428,63	14%	USD 28.259.296,52
Centros de Educação Infantil - CEIS	BNDES	SEINFRA	REAL	R\$96.000.000,00	R\$22.025.429,33	R\$22.025.429,33	R\$73.974.570,67	R\$73.974.570,67	R\$12.081.265,34	R\$-	0%	R\$12.081.265,34
VLT Parangaba-Mucuripe	CAIXA	SEINFRA	REAL	R\$170.000.000,00	R\$82.077.353,61	R\$82.077.353,61	R\$87.922.646,39	R\$87.922.646,39	R\$33.961.323,20	R\$-	0%	R\$33.961.323,20
BNDES ESTADOS - SUB A	BNDES	SEPLAG	REAL	R\$591.916.700,00	R\$528.246.301,82	R\$528.246.301,82	R\$63.670.398,18	R\$63.670.398,18	R\$83.376.637,56	R\$19.706.239,38	24%	R\$63.670.398,18
BNDES ESTADOS - SUB B	BNDES	SEPLAG	REAL	R\$121.500.000,00	R\$121.000.000,00	R\$121.000.000,00	R\$500.000,00	R\$500.000,00	R\$500.000,00	R\$-	0%	R\$500.000,00
PROEXMAES I	BID	SESA	DÓLAR	USD77.000.000,00	USD76.477.613,32	R\$141.015.774,18	USD522.386,68	R\$2.039.815,51	USD522.386,68	USD0,00	0%	USD522.386,68
Prodetur Nacional	BID	SETUR	DÓLAR	USD140.495.763,99	USD63.445.295,51	R\$152.874.103,99	USD 77.050.468,48	R\$300.866.669,33	USD15.000.000,00	USD0,00	0%	USD15.000.000,00
PROARES II	BID	STDS	DÓLAR	USD45.000.000,00	USD39.580.921,20	R\$80.774.080,69	USD5.419.078,80	R\$21.160.418,90	USD1.100.000,00	USD0,00	0%	USD1.100.000,00
Pró-San. - Proj. Imp. Lab. Apulárés	CAIXA	SCIDADES	REAL	R\$3.053.235,60	R\$2.976.776,25	R\$2.976.776,25	R\$76.459,35	R\$76.459,35	R\$76.459,35	R\$-	0%	R\$76.459,35
PROMOTEC II	MLW	SECITECE	EURO	EUR5.638.500,00	EUR0,00	R\$-	EUR5.638.500,00	R\$244.986.680,40	EUR23.129.944,00	EUR0,00	0%	EUR23.129.944,00
Prog. Viário Int. e Log. - Ceará IV-B	BID	SEINFRA	DÓLAR	USD200.000.000,00	USD0,00	R\$-	USD200.000.000,00	R\$780.960.000,00	USD0,00	USD0,00	0%	USD0,00
PROARES III - 1ª Fase	BID	STDS	DÓLAR	USD50.000.000,00	USD0,00	R\$-	USD50.000.000,00	R\$212.520.000,00	USD138.174,00	USD0,00	0%	USD138.174,00
Linha Leste do Metrô de Fortaleza	BNDES	SEINFRA	REAL	R\$1.000.000.000,00	R\$-	R\$-	R\$1.000.000.000,00	R\$1.000.000.000,00	R\$100.000.000,00	R\$-	0%	R\$100.000.000,00
PMAE-DPGE	BNDES	DPGE	REAL	R\$1.888.888,90	R\$-	R\$-	R\$1.888.888,90	R\$1.888.888,90	R\$3.473.335,21	R\$-	0%	R\$3.473.335,21
CPAC VLT Parangaba-Mucuripe	CAIXA	SEINFRA	REAL	R\$90.000.000,00	R\$-	R\$-	R\$90.000.000,00	R\$90.000.000,00	R\$50.000.000,00	R\$-	0%	R\$50.000.000,00
PROEXMAES II	BID	SESA	DÓLAR	USD123.000.000,00	USD0,00	R\$-	USD123.000.000,00	R\$480.290.400,00	USD7.108.263,00	USD0,00	0%	USD7.108.263,00
Prog. San. Rural do Ceará - CEARÁ IV	KFW	SCIDADES	EURO	EUR50.000.000,00	EUR-	R\$-	EUR50.000.000,00	R\$212.520.000,00	EUR2.885.046,11	EUR-	0%	EUR2.885.046,11
PROARES III - 2ª Fase	BID	STDS	DÓLAR	USD50.000.000,00	USD0,00	R\$-	USD 50.000.000,00	R\$195.240.000,00	USD 0,00	USD0,00	0%	USD0,00
Profisco II	BID	SEFAZ	DÓLAR	USD65.133.349,65	USD0,00	R\$-	USD 65.133.349,65	R\$254.332.703,71	USD7.825.227,22	USD0,00	0%	USD7.825.227,22
Amort. Dívida Pública Estadual	CREDIT SUISSE	SEFAZ	DÓLAR	USD350.000.000,00	USD0,00	R\$-	USD 350.000.000,00	R\$1.366.680.000,00	USD175.000.000,00	USD0,00	0%	USD175.000.000,00

Nota: Cotações em 30/12/2015: Dólar - R\$3,9048, Euro - R\$4,2504 e SDR – R\$ 5,4109

2.1 Operações de Crédito Oneroso

As Operações de Crédito Oneroso são aquelas cuja concessão do crédito está condicionada ao pagamento de encargos financeiros complementares à amortização da Dívida.

A seguir, constam as Operações Ativas do Estado do Ceará, ordenadas sob os seguintes critérios: Situação/Substituição e Órgão Responsável. Os dados financeiros das operações em moeda estrangeira tomam por base as cotações do dia 30/12/2015.

2.1.1 Operações de Crédito Oneroso – Em Execução

As Operações de Crédito Oneroso - Em Execução compreendem aquelas contratadas com desembolso iniciado ou não pela Instituição Financeira, com prazo de utilização de recursos prorrogados ou não (aditivos de prazo).

No período compreendido entre janeiro e junho de 2016, o Estado do Ceará celebrou três, sendo:

- a) **Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará - PROMOTEC II** cujo objeto é modernizar as instituições públicas do Ceará por meio da aquisição de equipamentos de alta tecnologia. Instituição Financeira – MLW; Valor – EUR 57.638.500,00. Data da assinatura – 11/5/2016;
- b) **Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV-B** que tem como objeto a ampliação e melhoria da malha rodoviária estadual, o desenvolvimento de planos de fortalecimento institucional e a capacitação servidores do Departamento Estadual de Rodovias. Instituição Financeira – BID. Valor – USD 200.000.000,00. Data da assinatura – 1/6/2016;
- c) **Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES III - 1ª Fase** destinado à implantação da primeira etapa do Programa de Apoio as Reforma Sociais – PROARES III. Instituição Financeira – BID. Valor – USD 50.000.000,00. Data da assinatura: 1/6/2016.

Com a celebração desses novos contratos, a carteira ativa de operações de crédito oneroso em execução, normal ou prorrogada, conforme a **Tabela 2**, encerrou o período composta por trinta e dois contratos de financiamento, correspondentes ao volume total de R\$7,6 bilhões (**Tabela 3**), sendo 45% em crédito interno e 55% em crédito externo.

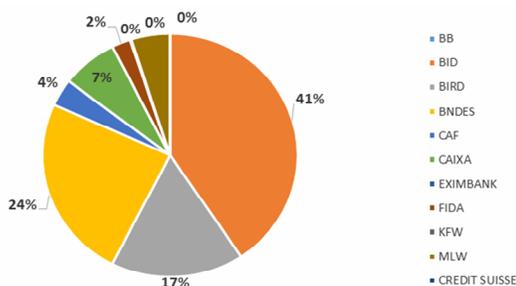
**Tabela 3 – Volume de Recursos Contratados por Origem de Recursos por Ano
- Valores Convertidos**

ANO	CONTRATAÇÃO - Valores Convertidos		
	Crédito Interno	Crédito Externo	Totais
1998	R\$ 3.415.918	R\$ 0	R\$ 3.415.918
2003	R\$ 3.053.236	R\$ 0	R\$ 3.053.236
2004	R\$ 18.578.330	R\$ 0	R\$ 18.578.330
2005	R\$ 0	R\$ 31.460.556	R\$ 31.460.556
2006	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

ANO	CONTRATAÇÃO - Valores Convertidos		
	Crédito Interno	Crédito Externo	Totais
2007	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2008	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2009	R\$ 0	R\$ 544.017.600	R\$ 544.017.600
2010	R\$ 583.444.797	R\$ 244.631.224	R\$ 828.076.021
2011	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2012	R\$ 0	R\$ 187.580.000	R\$ 187.580.000
2013	R\$ 786.047.434	R\$ 1.978.198.351	R\$ 2.764.245.785
2014	R\$ 2.009.234.844	R\$ 0	R\$ 2.009.234.844
2015	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2016	R\$ 0	R\$ 1.221.186.680	R\$ 1.221.186.680
Totais	R\$ 3.403.774.559	R\$ 4.207.074.412	R\$ 7.610.848.971
%	45%	55%	100%

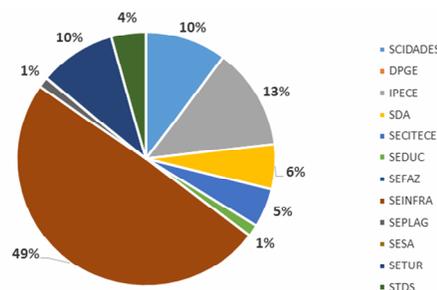
Nota: Data de conversão 31/12/2015

Gráfico 1 - Operações Em Execução – Saldo dos Valores Contratados Convertidos por Instituição Financeira



Com base no saldo em moeda original de cada contrato, de acordo com o **Gráfico 1**, as instituições financeiras com maiores volumes de recursos a serem repassados ao Estado são BID (41%), BNDES (24%) e BIRD (17%). Esses contratos contemplam Projetos nas áreas de infraestrutura viária e portuária, turismo, saúde, social e desenvolvimento regional.

Gráfico 2 - Operações Em Execução – Saldo dos Valores Contratados Convertidos por Órgão Responsável



Os Órgãos Responsáveis pela gestão e aplicação desses recursos são SEINFRA (49%), IPECE (13%), SCIDADES (10%) e SETUR (10%), com destaque para os Projetos: Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV – A e B; Ampliação do Porto do Pecém - 2ª ETAPA; Transportador de Correias do TSID - 2º Etapa; PforR; Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais; Prodetur Nacional.

Até 30/06/2016, o volume de recursos desembolsados somou cerca de R\$4,2 bilhões (considerando as datas das efetivas internalizações em moeda estrangeira), restando um saldo a desembolsar (estimado pela cotação de 31/12/2015) de cerca de R\$5 bilhões no período de 2016-2022. Os maiores volumes de recursos foram repassados, respectivamente, pelo BNDES (26%), BID (20%) e BIRD (18%). Os Órgãos a quem foram destinados mais recursos foram, respectivamente, SEINFRA (33%), SEPLAG e IPECE (13%) e SDA (5%).

2.1.2 Operações de Crédito Oneroso – A Contratar

As Operações de Crédito Oneroso – A Contratar são aquelas que estão em desenvolvimento da proposta técnica pelo Órgão Responsável, em preparação deste com a Instituição Financeira ou tramitando nas esferas competentes para obtenção das autorizações necessárias à assinatura dos contratos de financiamento e, se for o caso, de garantia e de contragarantia¹.

São sete as operações a contratar, conforme a seguir:

→ Aguardando Autorizações

a) **Programa de expansão e melhoria da assistência especializada à Saúde no Estado do Ceará - PROEXMAES II**, cujo objeto é promover a melhoria da gestão das redes e garantir a expansão da qualidade em todos os níveis de atenção, bem como ampliar o acesso e assegurar a integração das redes de atenção à saúde por meio da construção e adequação física de unidades de saúde (Hospital Regional de Jaguaribe, Policlínica fortaleza, Hospital Metropolitano e serviços de parto) e da aquisição de equipamentos (Hospital regional de Jaguaribe, Policlínica fortaleza, Hospital Metropolitano e serviços de parto); Autorização Legal: Lei Estadual nº 15.881 de 06 de novembro de 2015; Instituição Financeira: BID; Valor: USD 123.000.000,00. Etapa/Fase Atual/Atividade: IV – VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES: 13. Finalizar análise do Pleito e da Concessão da Garantia, se for o caso (STN); Próxima Etapa/Fase Atual/Atividade: V – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO: 14. Autorizar a concessão da Garantia, se for o caso (PGFN e Ministro da Fazenda);

b) **CPAC VLT Parangaba-Mucuripe** que tem como objeto a complementação de contrapartida do financiamento VLT Parangaba/Mucuripe/CAIXA, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana/PRÓ-TRANSPORTE – (CPAC VLT Parangaba/Mucuripe); Autorização Legal: Lei Estadual nº 16.008 de 05 de maio de 2016; Instituição Financeira: CAIXA; Valor: R\$90.000.000,00. Etapa/Fase Atual/Atividade: III – FORMALIZAÇÃO DO PLEITO: 11. Protocolizar o Pleito com ou sem Pedido de Garantia da União (Estado); Próxima Etapa/Fase Atual/Atividade: IV – VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES: 12. Analisar Pleito e, se for o caso, o Pedido de Concessão de Garantia da União (STN);

c) **Modernização da Administração Geral e Patrimonial da defensoria pública Geral do Estado do Ceará – PMAE/DPGE** destinado ao apoio à modernização da Administração Geral e Patrimonial da defensoria pública Geral do Estado do Ceará; Autorização Legal: Lei Estadual nº 15.452 de 23 de outubro de 2013; Instituição Financeira: BNDES; Valor: R\$10.888.888,90. Etapa/Fase Atual/Atividade: III – FORMALIZAÇÃO DO PLEITO: 11. Protocolizar o Pleito com ou sem Pedido de Garantia da União (Estado); Próxima Etapa/Fase Atual/Atividade: IV – VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES: 12. Analisar Pleito e, se for o caso, o Pedido de Concessão de Garantia da União (STN).

¹ Para verificação das próximas etapas que compõem os fluxos de contratação de operações de crédito, verificar os **Anexos 2.1, 2.2, 6.1 e 6.2** do Manual para Instrução de Pleitos (MIP – Ceará – Manual nº 36), disponível em

http://www.seplaq.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1825&Itemid=1168.

→ Em Preparação

a) **Amortização da Dívida Pública Estadual**, cujo objeto é amortização da Dívida Pública Estadual no triênio 2016 a 2018; Autorização Legal: Lei Estadual nº 16.007, de 05 de maio de 2016, alterada pelas Leis Estaduais nº 16.036, de 23 de junho de 2016 e nº 16.117, de 13 de outubro de 2016; Instituição Financeira: CREDIT SUISSE; Valor: USD 350.000.000,00. Etapa/Fase Atual/Atividade: II – ANÁLISE DO PROJETO: 7. Preparar o Projeto (Estado e IF); Próxima Etapa/Fase Atual/Atividade: III – FORMALIZAÇÃO DO PLEITO: 8. Protocolizar o Pleito e, se for o caso, o Pedido de Garantia da União (Estado);

b) **Programa de Saneamento Rural do Ceará - Ceará IV** que tem como objeto a continuação do desenvolvimento do modelo SISAR no Estado do Ceará por meio da criação de uma Organização Social - Rede SISAR - que congregará os oito SISAR existentes em uma Confederação de Associações. Objetivos específicos: Montagem da Rede SISAR; Montagem do Centro de Referência e Treinamento; Implantação de novos sistemas de abastecimento de água; Ampliação e melhorias em SAA já filiados aos SISAR; Reabilitação de SAA existentes para filiação aos SISAR; Autorização Legal: pendente de solicitação de autorização legislativa (Estado); Instituição Financeira: KfW; Valor: EUR 50.000.000,00. Etapa/Fase Atual/Atividade: II – ANÁLISE DO PROJETO: 7. Preparar o Projeto - (Estado e IF); Próxima Etapa/Fase Atual/Atividade: III – FORMALIZAÇÃO DO PLEITO: 8. Protocolizar o Pleito e, se for o caso, o Pedido de Garantia da União (Estado);

c) **Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES III - 2ª Fase** destinado à implantação da segunda etapa do Programa de Apoio as Reforma Sociais – PROARES III. Autorização Legal: Lei Estadual nº 15.612 de maio de 2014; Instituição Financeira: BID; Valor: USD 50.000.000,00. Etapa/Fase Atual/Atividade: I – FORMALIZAÇÃO DO PROJETO: 1. Elaborar Carta-consulta (Estado); Próxima Etapa/Fase Atual/Atividade: I – FORMALIZAÇÃO DO PROJETO: 2. Revisar Carta-consulta (Estado);

c) **PROFISCO II** destinado a dotar a Secretaria da Fazenda de instrumentos e tecnologias que maximizem sua atuação no cumprimento de sua missão de “Captar e gerir os recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável do Estado e promover a cidadania fiscal”, dando continuidade às diretrizes de modernização inicialmente estabelecidas no PROFISCO I, ampliando seu alcance, consolidando a estratégia de aumento da eficiência do Fisco Estadual. O conjunto das ações apresentadas conduzirá o Estado do Ceará a novo nível de desenvolvimento, garantindo seu equilíbrio fiscal e a ampliação das ações finalísticas de Governo. Autorização Legal: pendente de solicitação de autorização legislativa (Estado); Instituição Financeira: BID; Valor: USD USD 65.133.349,65. Etapa/Fase Atual/Atividade: I – FORMALIZAÇÃO DO PROJETO: 1. Elaborar Carta-consulta (Estado); Próxima Etapa/Fase Atual/Atividade: I – FORMALIZAÇÃO DO PROJETO: 2. Revisar Carta-consulta (Estado).

NOVAS OPERAÇÕES	
2 Internas	
5 Externas	
Total a contratar:	
R\$ 2,6 Bilhões	
Externas: R\$2,5 bilhões	
Internas: R\$0,1 bilhão	

Ao final do primeiro semestre de 2016, a carteira de operações de crédito oneroso a contratar, conforme previsto na 17ª revisão do Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal/PAF com a União, firmado em 29 de dezembro de 2015, atualizada por meio de solicitações ao Tesouro Nacional, correspondia à cerca de R\$2,6 bilhões, conforme **Tabela 2**.

Gráfico 3 - Operações A contratar - Convertidos por Instituição Financeira

Segundo evidencia o **Gráfico 3**, as instituições financeiras com maiores volumes de recursos a serem contratados são CREDIT SUISSE (52%) e BID (36%). Os financiamentos deverão ser contratados ao longo do biênio 2016-2017 contemplarão operação para antecipação de amortização de parte da dívida, possibilitando a alavancagem de investimentos, sobremaneira, nas áreas de saúde e social.

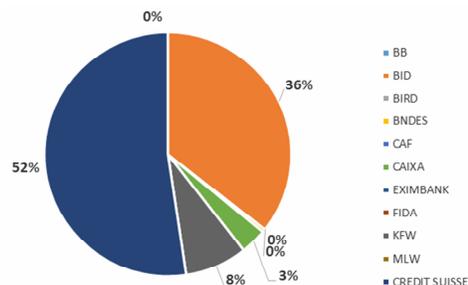
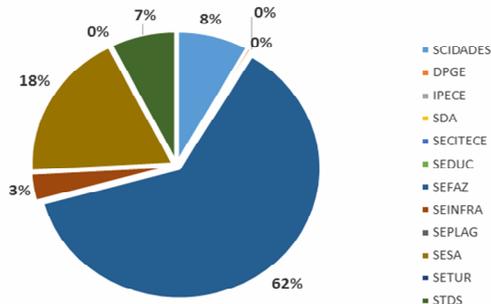


Gráfico 4 - Operações A contratar - Convertidos por Órgão Responsável



Os Órgãos Responsáveis pela gestão e aplicação desses recursos são SEFAZ (62%) e SESA (18%), com destaque para Amortização da Dívida Pública Estadual e PROEXMAES II.

2.2 Operações de Crédito Não Oneroso

Este Relatório não contempla informações sobre as Operações de Crédito Não Oneroso.

ANEXO

Anexo 1. Gestores do Estado responsáveis pelos Projetos Financiados

OPERAÇÃO	IF	ÓRGÃO RESP.	NOME	TELEFONE	EMAIL
PforR - Cat. I	BIRD	IPECE	Ana Cristina Cavalcante Medeiros	3101.3502	crisrina.medeiros@ipece.ce.gov.br
PforR - Cat. II	BIRD	IPECE	Ana Cristina Cavalcante Medeiros	3101.3502	crisrina.medeiros@ipece.ce.gov.br
CPAC - PMCMV	BB	SCIDADES	Waldemar Pereira	3101.4485	waldemar.pereira@idades.ce.gov.br
Des. Urbano Pólos Regionais	BID	SCIDADES	Carolina Rocha	3101.3774	carolina.rocha@idades.ce.gov.br
CPAC - Maranguapinho	CAIXA	SCIDADES	Tereza Vasconcelos	3101.4480	tereza.aguiar@idades.ce.gov.br
CPAC - PMCMV	CAIXA	SCIDADES	Waldemar Pereira	3101.4485	waldemar.pereira@idades.ce.gov.br
Projeto Paulo Freire - EURO	FIDA	SDA	Ilo Pinheiro Cavalcante	3217.3096	ilo.cavalcante@sda.ce.gov.br
Projeto Paulo Freire - SDR	FIDA	SDA	Ilo Pinheiro Cavalcante	3217.3096	ilo.cavalcante@sda.ce.gov.br
Prog. Viário Int. e Log. - Ceará IV-A	BID	SEINFRA	Francisco Quirino Rodrigues Ponte	3101.5746	quirino.ponte@der.ce.gov.br
Ampliação Porto Pecém - 2ª Et.	BNDES	SEINFRA	Joaquim Firmino Filho	3216.3719	joaquim.firmino@seinfra.ce.gov.br
Transp. de Correias do TSID - 2ª Etapa	BNDES	SEINFRA	Joaquim Firmino Filho	3216.3719	joaquim.firmino@seinfra.ce.gov.br
Prog. Valor. Turística do Litoral Oeste	CAF	SETUR	Ana Aragão	3195.0323	ana.aragao@setur.ce.gov.br
Cidades do Ceará - Cariri Central	BIRD	SCIDADES	Marília Gouveia Ferreira Lima	3207.5241	marilia.gouveia@idades.ce.gov.br
Estações Metro Fortaleza	CAIXA	SCIDADES	Joaquim Firmino Filho	3216.3719	joaquim.firmino@seinfra.ce.gov.br
Pró-Mor. - Proj. Urb. Favela do Dendê	CAIXA	SCIDADES	Tereza Vasconcelos	3101.4480	tereza.aguiar@idades.ce.gov.br
Pró-Mo. - Proj. Lagoa Coração - Joana Darc	CAIXA	SCIDADES	Tereza Vasconcelos	3101.4480	tereza.aguiar@idades.ce.gov.br
Pró-Mo. - Proj. Urbaniz. Áreas de Risco	CAIXA	SCIDADES	Tereza Vasconcelos	3101.4480	tereza.aguiar@idades.ce.gov.br
Pró-San. - Proj. Drenagem Rio Cocó	CAIXA	SCIDADES	Tereza Vasconcelos	3101.4480	tereza.aguiar@idades.ce.gov.br
Saneam. Básico Ceará II	KFW	SCIDADES	Danielle Ferreira de Araujo	3101.4460	danielle.araujo@idades.ce.gov.br
Proj. São José III - 1ª fase	BIRD	SDA	Ilo Pinheiro Cavalcante	3217.3096	ilo.cavalcante@sda.ce.gov.br
Centros de Educação Infantil - CEIS	BNDES	SEDUC	Rejane Linhares	3101-3888	rejane.linhares@seduc.ce.gov.br
VLT Parangaba-Mucuripe	CAIXA	SEINFRA	Joaquim Firmino Filho	3216.3719	joaquim.firmino@seinfra.ce.gov.br
BNDES ESTADOS - SUB A	BNDES	SEPLAG	Ticiane da Mota Gentil Parente	3101.4490	ticiane.gentil@seplag.ce.gov.br
BNDES ESTADOS - SUB B	BNDES	SEPLAG	Ticiane da Mota Gentil Parente	3101.4490	ticiane.gentil@seplag.ce.gov.br
PROEXMAES I	BID	SESA	Danielle Montenegro Melo	3101.5117	danielle.montenegro@saude.ce.gov.br
Prodetur Nacional	BID	SETUR	Juliana de Souza Aranha Brauner	3195.0218	Juliana.brauner@setur.ce.gov.br
PROARES II	BID	STDS	Roberto Luiz Lima Rodrigues	3101.2110	robertoluiz.lima@stds.ce.gov.br
Pró-San. - Proj. Imp. Lab. Apuiarés	CAIXA	SCIDADES	-	-	-
PROMOTEC II	MLW	SECITECE	Ricardo da Costa e Silva	3101.6432	ricardo.costa@sct.ce.gov.br
Prog. Viário Int. e Log. - Ceará IV-B	BID	SEINFRA	Francisco Quirino Rodrigues Ponte	3101.5746	quirino.ponte@der.ce.gov.br
PROARES III - 1ª Fase	BID	STDS	Roberto Luiz Lima Rodrigues	3101.2110	robertoluiz.lima@stds.ce.gov.br
Linha Leste do Metrô de Fortaleza	BNDES	SEINFRA	Joaquim Firmino Filho	3216.3719	joaquim.firmino@seinfra.ce.gov.br
PMAE-DPGE	BNDES	DPGE	Elias Xerxes Pinheiro Xerez	3278-7389	elias.xerxes@defensoria.ce.gov.br

OPERAÇÃO	IF	ÓRGÃO RESP.	NOME	TELEFONE	EMAIL
CPAC VLT Parangaba-Mucuripe	CAIXA	SEINFRA	Joaquim Firmino Filho	3216.3719	joaquim.firmino@seinfra.ce.gov.br
PROEXMAES II	BID	SESA	Danielle Montenegro Melo	3101.5117	danielle.montenegro@saude.ce.gov.br
Prog. San. Rural do Ceará - CEARÁ IV	KFW	SCIDADES	Danielle Ferreira de Araujo	3101.4460	danielle.araujo@idades.ce.gov.br
PROARES III - 2ª Fase	BID	STDS	Roberto Luiz Lima Rodrigues	3101.2110	robertoluiz.lima@stds.ce.gov.br
Profisco II	BID	SEFAZ	Sandra Maria Olímpio Machado	3101.9113	sandra.machado@sefaz.ce.gov.br
Amort. Dívida Pública Estadual	CREDIT SUISSE	SEFAZ	Luiz Jarbas de Mesquita	-	jarbas.machado@sefaz.ce.gov.br